

RELATÓRIO

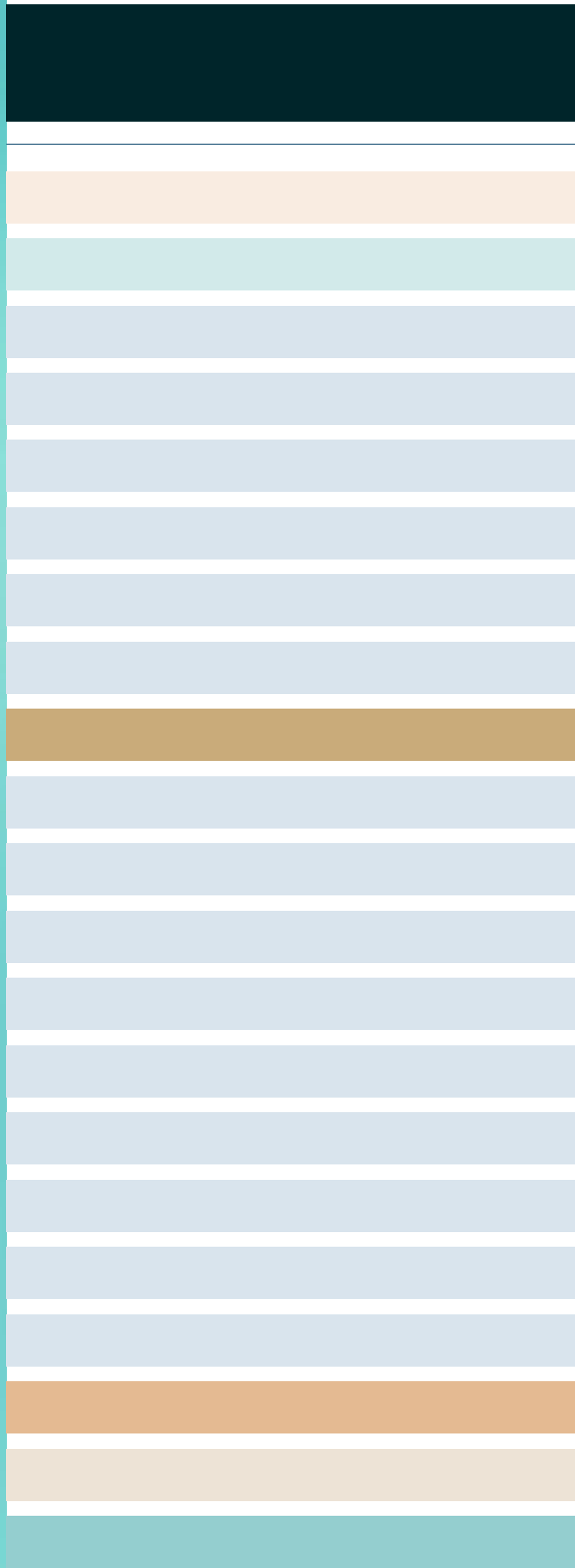
100 DIAS



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

MARÇO DE 2020





ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
LINHA DO TEMPO (RELATÓRIO 30 DIAS)	7
PODER EXECUTIVO	12
JUIZ DAS GARANTIAS	12
ABUSO DE AUTORIDADE	13
REDES SOCIAIS	14
AUTONOMIA NOS TRIBUNAIS – ADC 69	14
PRERROGATIVAS	15
PEC DOS FUNDOS	16
PEC DA PERMUTA	17
PEC EMERGENCIAL	18
REFORMA ADMINISTRATIVA	22
QUARENTENA	23
CRIME NA FRONTEIRA	24
ARMAS DE FOGO	24
GESTÃO ITINERANTE	26
AMB LAB	28
CENTRO DE PESQUISAS JUDICIAIS	29
ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA (ENM)	30
NOVAS FILIAÇÕES	31
IMPrensa	32

RELATÓRIO
100 DIAS



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros



APRESENTAÇÃO

Estimados (as), colegas,

Assumimos a AMB com o compromisso de trabalhar pelo fortalecimento da carreira e pela preservação das prerrogativas, com uma atuação coesa e de permanente diálogo com os associados. Temos cumprido firmemente as metas da campanha em prol da independência do Judiciário e da autonomia dos tribunais brasileiros.

Estamos em ação até mesmo em época de recesso forense, feriados e queremos retribuir toda a confiança depositada em nossa gestão. No período de 100 dias, conseguimos o retorno das Amatras 15 e 22 aos quadros da AMB. Isso reforça a importância da união e demonstra a credibilidade da entidade nacional.

Sem o Judiciário forte, não há democracia. Lutamos contra a implementação da figura do juiz das garantias da forma como aprovada; atuamos contrários à Resolução 305 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do uso das redes sociais, por ferir a liberdade de expressão dos magistrados. Fomos, inclusive, ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ato normativo; e requeremos o ingresso como *amicus curiae* na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 69, proposta pelo partido Novo, que causará efeitos desastrosos para o sistema de Justiça, caso seja admitida.

A AMB não para. Após intensa articulação no Congresso Nacional, conseguimos uma importante vitória. O senador Otto Alencar (PSD-BA), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 187/2019, conhecida como PEC dos Fundos, apresentou texto excepcionado aqueles do Poder Judiciário.

Em parceria com os presidentes de associações regionais, temos manifestado nosso posicionamento contrário à PEC 186/2019, a chamada PEC Emergencial, que prevê quebra da unidade da magistratura e violação à conformação constitucional da carreira. Entre os assuntos tratados nessa matéria e que estão sendo exaustivamente trabalhados pela AMB, estão a desvinculação do subsídio do STF, a redução das férias para 30 dias e a vedação de indenizações administrativamente.

Este relatório traz as principais ações já realizadas nesses primeiros meses. Acreditamos que essas iniciativas atendem aos melhores anseios da magistratura.

Seguimos em frente, trabalhando com muita fé e esperança.

Renata Gil

Presidente da AMB

RELATÓRIO
100 DIAS



AMB

Associação dos
Magistrados
Brasileiros

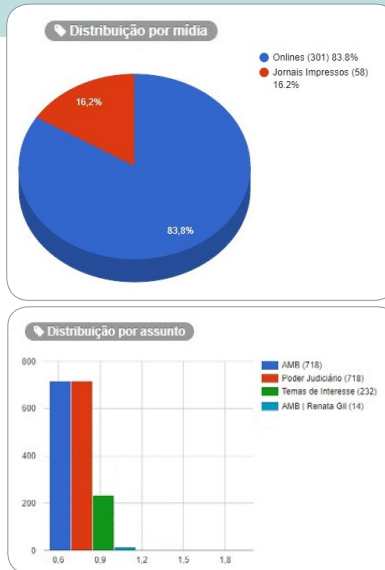


LINHA DO TEMPO

LINHA DO TEMPO

11/12/2019 A
12/1/2020

Nos primeiros **30 dias** de gestão da presidente Renata Gil, a AMB esteve em evidência no noticiário impresso e digital do País, alcançando **mais de 14 milhões de pessoas**.



RELATÓRIO 30 DIAS

Alcance/Valoração

Impactos: 114.828.366

Veículos com mais notícias

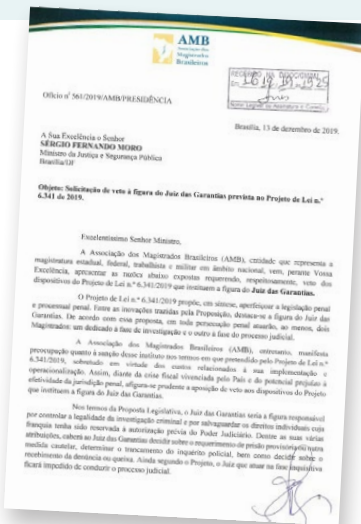
- Consultor Jurídico (15)
- UOL Notícias (15)
- Estadão.com.br - Últimas notícias (13)
- G1 - Globo (13)
- BOL - Notícias (12)
- Blog Fausto Macedo - Estadão.com (10)
- O Globo Online (9)
- O Antagonista (8)
- O Globo (7)
- Tribuna do Norte Online - Natal (7)

Total de veículos: 113

Dados da empresa de clipping Fábrica de Ideias

11/12/2019

Renata Gil obteve destaque no Jornal Nacional, da TV Globo, como a primeira da mulher a assumir a presidência da maior entidade representativa da Magistratura brasileira.



13/12/2019

Em ofício enviado ao ministro Sergio Moro, a AMB solicita veto à figura do juiz das garantias em dispositivos do PL 6341/2019, conhecido como "pacote anticrime".

Divulgação

LINHA
DO TEMPO

RELATÓRIO 30 DIAS

17/12/2019

Renata Gil faz sustentação oral durante sessão do CNJ contra a minuta de resolução que estabelece parâmetros para o uso das redes sociais por membros do Judiciário.



Luiz Silveira/Agência CNJ

QUADRO COMPARATIVO RESOLUÇÃO Nº 305, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019. Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário.	
Minuta	Texto Aprovado
<p>Art. 1º Estabelecer os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário, de modo a compatibilizar o exercício da liberdade de expressão com os deveres inerentes ao cargo.</p> <p>Art. 2º O uso das redes sociais pelos magistrados deve observar os preceitos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, do Código de Ética da Magistratura Nacional, os valores estabelecidos nos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial e o disposto nesta Resolução.</p> <p>Parágrafo único. Consideram-se rede social todos os sítios da internet, plataformas digitais e aplicativos de computador ou dispositivo eletrônico móvel voltados à interação social, em grupos públicos e/ou privados, que possibilitem a comunicação, a criação ou o compartilhamento de mensagens, de arquivos ou de informações de qualquer natureza.</p> <p>Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais deve observar as seguintes recomendações: I – Relativas à presença nas redes sociais: a) adotar postura seletiva e criteriosa para o ingresso em redes sociais, bem como para a identificação em cada uma delas; b) observar que a moderação, a sobriedade, a reserva, a discrição e o decoro e a conduta respeitosa e libada devem orientar todas as formas de atuação nas redes sociais; c) atentar que a utilização de pseudônimos não isenta a observância dos limites éticos de conduta e não exclui a incidência das normas vigentes; d) abster-se de utilizar a marca ou a logomarca da instituição como forma de identificação pessoal nas redes sociais. II – Relativas ao teor das manifestações, independentemente da utilização</p>	<p>Art. 1º Estabelecer os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário, de modo a compatibilizar o exercício da liberdade de expressão com os deveres inerentes ao cargo.</p> <p>Art. 2º O uso das redes sociais pelos magistrados deve observar os preceitos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, do Código de Ética da Magistratura Nacional, os valores estabelecidos nos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial e o disposto nesta Resolução.</p> <p>Parágrafo único. Consideram-se rede social todos os sítios da internet, plataformas digitais e aplicativos de computador ou dispositivo eletrônico móvel voltados à interação pública e social, que possibilitem a comunicação, a criação ou o compartilhamento de mensagens, de arquivos ou de informações de qualquer natureza.</p> <p>Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais deve observar as seguintes recomendações: I – Relativas à presença nas redes sociais: a) adotar postura seletiva e criteriosa para o ingresso em redes sociais, bem como para a identificação em cada uma delas; b) observar que a moderação, o decoro e a conduta respeitosa devem orientar todas as formas de atuação nas redes sociais; c) atentar que a utilização de pseudônimos não isenta a observância dos limites éticos de conduta e não exclui a incidência das normas vigentes; d) abster-se de utilizar a marca ou a logomarca da instituição como forma de identificação pessoal nas redes sociais. II – Relativas ao teor das manifestações, independentemente da utilização do nome real ou de pseudônimo.</p>

Divulgação

17/12/2019

O site da AMB divulga um quadro comparativo com as mudanças em relação à utilização das redes sociais depois da aprovação da Resolução CNJ 305/2019.

18/12/2019

Após intensa atuação da AMB, o ministro Dias Toffoli assinou a Resolução CNJ 294, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados.



Luiz Silveira/Agência CNJ



Ascom/AMB

18/12/2019

AMB conversa com o deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT) sobre as dificuldades de implementação do juiz das garantias. Ele é sub-relator na Comissão Especial do CPP.

LINHA
DO TEMPO

RELATÓRIO 30 DIAS

19/12/2019

A AMB ajuizou no STF, ADI com pedido de cautelar contra a Resolução CNJ 305/2019, sobre o uso das redes sociais, apontando inconstitucionalidades no ato normativo.

Dorivan Marinho/SCO-STF



20/12/2019

Com o recesso forense, Renata Gil estabeleceu uma escala de plantão de 20 de dezembro a 6 de janeiro para atender demandas relativas às prerrogativas da carreira.

**NOTA
PÚBLICA**

25/12/2019

Em nota pública, a AMB externou a sua irresignação em relação à sanção da Lei 13.964/2019, que altera a legislação penal e processual penal e cria o juiz das garantias.

26/12/2019

A presidente falou ao Jornal Nacional sobre o juiz das garantias (tema repercutido por diversas emissoras de rádio).

Divulgação/TV Globo



LINHA
DO TEMPO

RELATÓRIO 30 DIAS

8/1/2020

Renata Gil presidiu a primeira reunião do grupo de trabalho estabelecido pela AMB para analisar os impactos da criação do instituto do juiz das garantias no Poder Judiciário.



9/1/2020



O TJBA foi o primeiro a receber a visita institucional de Renata Gil como presidente da AMB. Aos magistrados locais, ela disse que atuará pela independência do Judiciário.

10/1/2020

Em resposta à consulta pública do CNJ sobre o tema, AMB afirmou que a implementação do juiz das garantias é inviável e causará prejuízos à aplicação da Lei Maria da Penha.



PODER EXECUTIVO



Ascom/AMB

13/2/2020

A presidente da AMB, Renata Gil, faz visita institucional ao porta-voz da Presidência da República, Otávio do Rêgo Barros. A magistrada contou ao general o que a atual gestão tem feito para melhorar a comunicação da entidade e torná-la mais efetiva. O encontro aconteceu no Palácio do Planalto.

JUIZ DAS GARANTIAS

15/1/2020

O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, atendeu pedido da AMB na ADI 6298 e suspendeu cautelarmente diversos dispositivos referentes ao juiz das garantias na Lei 13.964/2019, que altera a Justiça penal brasileira e cria essa figura. De acordo com a decisão, a legislação não vale para processos já em tramitação, nem pode ser aplicada aos tribunais de Justiça, o que reforça o fundamento da AMB de autonomia das cortes para organizar e regulamentar a implementação do instituto. A ação é relatada pelo ministro Luiz Fux, mas o presidente do STF era responsável pelo plantão judicial.



Rosinei Coutinho/SCO/STF



15/1/2020

Em nota pública, a AMB saudou a decisão do presidente do STF. "Essa é uma demonstração de que a magistratura brasileira é imparcial e que o sistema atual já garante a isenção dos julgamentos. A AMB tem demonstrado que os tribunais têm autonomia para organizar e regulamentar a implementação da nova norma e estabelecer, por exemplo, que ela não é válida para os processos já em andamento".

"A Associação dos Magistrados Brasileiros saúda a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, de acolher o pleito da entidade. Essa é uma demonstração de que a magistratura brasileira é imparcial e que o sistema atual já garante a isenção dos julgamentos.

A AMB tem demonstrado que os tribunais têm autonomia para organizar e regulamentar a implementação da nova norma e estabelecer, por exemplo, que ela não é válida para os processos já em andamento.

A magistratura brasileira reitera seu compromisso com a sociedade. Cumprimos nosso papel de defender a Constituição Federal, que estabelece o princípio da unicidade e do juiz natural, garantindo às partes do processo a máxima transparência quanto aos reais responsáveis pelo julgamento das ações".

Renata Gil
Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Divulgação

JUIZ DAS GARANTIAS

22/1/2020

O vice-presidente do STF, ministro Luiz Fux, atendeu ao pleito da Associação e suspendeu liminarmente a legislação que visa a introduzir no País a figura do juiz das garantias no sistema jurídico. Em nota, a presidente Renata Gil elogiou a decisão. "A magistratura brasileira reitera seu compromisso com a sociedade. Cumprimos nosso papel de defender a Constituição Federal, que estabelece o princípio da unicidade e do juiz natural, garantindo às partes do processo a máxima transparência quanto aos reais responsáveis pelo julgamento das ações".



ABUSO DE AUTORIDADE



18/2/2020

Por razões de foro íntimo, o ministro do STF Celso de Mello se declarou suspeito para julgar a ADI 6.236, ajuizada pela AMB em face de dispositivos da Lei 13.869/2019, sobre crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos. Ele, que era relator do processo, invocou o artigo 145 do novo CPC, que permite que o juiz tome a decisão sem a necessidade de declarar suas razões. Para a AMB, a lei afronta a independência do Judiciário e constrange a atuação dos magistrados no combate ao crime.

20/2/2020

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, assumiu a relatoria da ADI 6.236, ajuizada pela AMB em face de dispositivos da Lei 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos. A redistribuição foi feita após o relator originário, ministro Celso de Mello, ter se declarado suspeito para julgar o processo.



19/3/2020

Pela relevância da matéria e seu "especial significado para a ordem social e a segurança jurídica", o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator ação da AMB contra dispositivos da Lei 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, adotou o rito do artigo 12 da chamada Lei das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs). O dispositivo permite que o processo seja julgado diretamente no mérito pelo Plenário da Corte, sem prévia análise do pedido de liminar.

REDES SOCIAIS



Nelson Jr. SGO/STF

4/2/2020

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, teve pressa em julgar a ação da AMB, relatada por ele, contra a Resolução CNJ 305/2019, que limita a liberdade de expressão dos magistrados nas redes sociais. Foi adotado o rito do artigo 12, da Lei das ADIs (9.868/1999), dada a relevância da matéria e seu “especial significado para a ordem social e a segurança jurídica”. O dispositivo permite que o processo seja julgado diretamente no mérito pelo Plenário da Corte, sem prévia análise do pedido de liminar.

AUTONOMIA NOS TRIBUNAIS - ADC 69



3/3/2020

A AMB requereu ingresso como amicus curiae na ADC 69, proposta pelo partido Novo. A intervenção da Associação foi solicitada pelo presidente do TJMG, Nelson Missias, e pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça (Codepre). Para a entidade, a Ação é improcedente e, caso admitida, causará efeitos desastrosos para o sistema de Justiça, pois pretende impor aos TJs metodologia de cálculo da despesa total com pessoal, sem deduções de despesas com inativos e pensionistas, legalmente previstas na LRF.

Gil Ferreira – SGO/STF

PRERROGATIVAS

20/2/2020

Atendendo pedido da AMB e da Amarn, o conselheiro do CNJ Emmanoel Pereira determinou liminarmente ao TJRN que cumprisse o acordo de equalização da força de trabalho celebrado entre a Corte e as entidades. Em outubro de 2019, as associações requereram ao CNJ providências imediatas ao descumprimento do compromisso firmado nos autos do Pedido de Providências 0005863-97.2019.2.00.0000.



Rômulo Serpa/Agência CNU



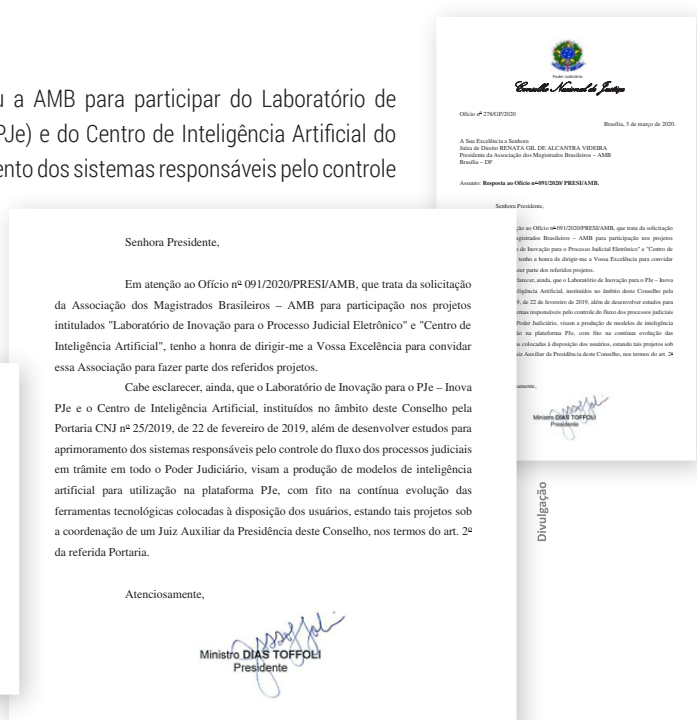
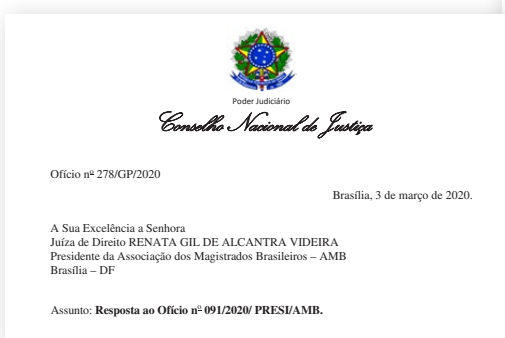
Rômulo Serpa/Agência CNU

28/2/2020

A AMB continua a fazer parte do Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, do CNJ. A integrante do Conselho Fiscal da entidade, Maria Isabel da Silva, representa a Associação no colegiado. O presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, editou portaria atualizando a composição do comitê, tendo em vista o término do mandato de alguns conselheiros.

3/3/2020

O ministro Dias Toffoli, presidente do CNJ, convidou a AMB para participar do Laboratório de Inovação para o Processo Judicial Eletrônico (Inova PJe) e do Centro de Inteligência Artificial do órgão. Além de desenvolver estudos para o aprimoramento dos sistemas responsáveis pelo controle do fluxo dos processos judiciais em trâmite em todo o Poder Judiciário, as iniciativas visam produzir modelos de inteligência artificial para utilização na plataforma PJe.



PRERROGATIVAS



10/3/2020

Integrantes da diretoria da AMB conversaram com membros do CNJ sobre a proposta de resolução que regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição. Eles reforçaram a necessidade de regulamentação do tema pelo órgão para garantir que o trabalho desenvolvido pelos magistrados nessas situações seja eficiente e produtivo.



Divulgação

PEC DOS FUNDOS

12/2/2020

Mais uma vitória da magistratura. Após um intenso trabalho de articulação no Congresso Nacional, o senador Otto Alencar (PSD-BA), relator da Proposta de Emenda à Constituição 187/2019, conhecida como PEC dos Fundos, apresentou texto excepcionando os fundos do Poder Judiciário. Ele acolheu parcialmente a emenda 19, de autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA). A matéria tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que aprovou o texto no dia 4 de março.



Divulgação

PEC DA PERMUTA



6/2/2020

Bandeira histórica da AMB, a permuta entre juízes de diferentes tribunais do País tem pautado intenso trabalho de articulação no Congresso Nacional. Gustavo Teles, da Diretoria de Novos Magistrados e Permuta, representou a entidade em reuniões com os líderes Arthur Lira (PP-AL) e Baleia Rossi (MDB-SP), e os deputados Paulão (PT-AL) e JHC (PSB-AL). O objetivo era saber se os parlamentares estariam interessados em participar da comissão especial da Câmara que discutirá a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 162/2019 (Permuta).

12/2/2020

Magistrados integrantes da diretoria da AMB conversaram com o presidente da CCJ da Câmara dos Deputados, Felipe Francischini (PSL-PR), sobre a PEC 162/2019, que versa sobre a permuta entre juízes no âmbito de tribunais de Justiça de diferentes unidades da federação. Ele foi o relator da Proposta aprovada em novembro de 2019 pela Comissão. A PEC aguarda a indicação de membros para composição da comissão especial que analisará a matéria.



18/2/2020

Os deputados Rafael Motta (PSB-RN), Mauro Benevides (PDT-CE), Beto Rosado (PP-RN) e Júlio César (PSD-PI) também receberam a diretoria da AMB para tratar da PEC da Permuta (162/2019), uma antiga bandeira da entidade. Os parlamentares manifestaram apoio à matéria e, inclusive, se colocaram à disposição para integrar a comissão especial criada na Câmara dos Deputados para analisar a proposição.



19/2/2020

Em continuidade ao trabalho de esclarecimento de parlamentares quanto à PEC 162/2019, que permite a permuta entre juízes no âmbito de tribunais de Justiça de diferentes unidades da Federação, a AMB foi, novamente, à Câmara dos Deputados com o objetivo de engajar ainda mais deputados a comporem a comissão especial destinada a debater o tema. João Maia (PL-RN) e Ubiratan Sanderson (PSL-RS) receberam diretores da Associação e se colocaram à disposição.



PEC EMERGENCIAL

5/2/2020

Projetos que tramitam no Senado de interesse da magistratura foram discutidos no encontro da presidente da AMB, Renata Gil, com o coronel Muller, chefe de gabinete do senador Major Olímpio (PSDB-PSL). Entre eles, a Proposta de Emenda à Constituição 186/2019, a chamada PEC Emergencial, que prevê a redução do período de férias dos magistrados e membros do Ministério Público. O vice-presidente Institucional, Fernando Bartoletti, e o secretário-geral adjunto, Fernando Cury, participaram da reunião.



6/2/2020

Renata Gil fez uma visita institucional ao procurador-geral da República, Augusto Aras, para tratar de temas de interesse da magistratura e do Ministério Público e fortalecer o diálogo entre as instituições do sistema de Justiça - um dos pilares da atual gestão. A PEC Emergencial foi abordada na conversa e a AMB reiterou seu posicionamento contrário à proposição. Patrícia Cerqueira, integrante do Centro de Pesquisas Judiciais da entidade, também participou do encontro, que ocorreu na sede da PGR.

11/2/2020

O líder do partido Democratas na Câmara dos Deputados, Efraim Filho (PB), recebeu a presidente da AMB, Renata Gil, para tratar das pautas que estão no radar legislativo da magistratura, como a PEC Emergencial. Ela estava acompanhada do vice-presidente Institucional, Fernando Bartoletti, e do diretor de Assuntos Legislativos, Danniell Bomfim.



PEC
EMERGENCIAL

13/2/2020

A redução das férias dos magistrados pautou a reunião da presidente da AMB, Renata Gil, e integrantes da diretoria com os deputados Fábio Trad (PSD-MS) e Mauro Benevides Filho (PDT-CE), e o senador Paulo Albuquerque (PSD-AP). Os parlamentares receberam nota técnica da AMB sobre o tema.



18/2/2020

A PEC Emergencial também foi discutida por integrantes da diretoria com o senador Weverton Rocha (MA), líder do PDT no Senado Federal. A reforma administrativa e assuntos gerais de interesse da magistratura também foram tratados durante o encontro.



4/3/2020

A CCJ do Senado Federal aprovou a participação da AMB em audiência pública para discutir a PEC Emergencial. Após mobilização da Associação, os requerimentos foram apresentados pelos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

PEC
EMERGENCIAL

5/3/2020

A presidente da AMB, Renata Gil, e demais dirigentes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) definem estratégias de enfrentamento à PEC 186/2019. Foi elaborada uma agenda de visitas aos integrantes da CCJ do Senado Federal para tratar do assunto. Nessas ações, foi utilizado material detalhando os pontos mais críticos da proposta.



Divulgação



Divulgação

10/03/2020

A PEC 186/2019 pautou o encontro com o senador Álvaro Dias (Podemos-PR). O parlamentar é líder do partido na Casa e foi o responsável pela indicação do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) como relator do projeto na CCJ. "Alertei que a estrutura da carreira da magistratura não pode ser objeto de uma medida legislativa emergencial. As alterações de normas constitucionais que tratam da matéria devem ser discutidas sem aqodamento e ouvindo as entidades representativas", disse Renata Gil.

10/03/2020

Os presidentes da Amarr, Lana Leitão, e do TJRR, Mozarildo Cavalcanti, são recebidos pelo senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), no gabinete do parlamentar. O propósito do encontro foi discutir a PEC 186/2019.



Divulgação Amarr



Associação AMB

11/03/2019

A presidente da AMB, Renata Gil, os integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e os representantes do Itamaraty foram recebidos pelos senadores paranaenses Flávio Arns (Rede) e Álvaro Dias (Podemos) para tratar da PEC 186/2019. Na ocasião, a Associação entregou aos parlamentares **nota técnica** de autoria da entidade com os dispositivos do texto que preocupam a magistratura.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTA TÉCNICA](#)

[CLIQUE AQUI PARA VER O QUADRO COMPARATIVO](#)

PEC
EMERGENCIAL

11/03/2020

Em defesa das prerrogativas da carreira, integrantes das diretorias Legislativa e Institucional da AMB intensificaram a mobilização contra dispositivos da PEC 186/2019. O assunto foi tratado com o senador Sérgio Petecão (PSD-AC).



Ascom/AMB



Fotos: Divulgação

11/03/2020

Integrantes da diretoria da AMB e da Asmeço se reuniram, na liderança do PDT, com os deputados do partido Wolney Queiroz (líder-PE), Fábio Henrique (SE), Flávia Morais (GO), Paulo Ramos (RJ) e Dagoberto Nogueira (MS) para tratar da PEC 186/2019. O assunto também foi abordado entre a vice-presidente de Políticas Remuneratórias da AMB, Vera Deboni, o desembargador do TJRS e os deputados da bancada gaúcha Giovanni Cherini (PL) e Ronaldo Santini (PTB) e o estadual Paporico Bacchi (PL).



PEC
EMERGENCIAL



12/03/2020

A PEC 186/2019 prevê mudanças que interessam ao governo, mas não à população, disse a presidente da AMB, Renata Gil, em audiência pública da CCJ do Senado Federal que debateu a matéria. “Essa reforma não é do povo, é do governo brasileiro. O povo pede socorro nesse momento”, afirmou. Para ela, a proposta ofende a autonomia e a independência do Judiciário, além de violar a garantia individual de irredutibilidade remuneratória.

REFORMA ADMINISTRATIVA

11/2/2020

Em continuidade à permanente atuação da AMB em torno de pautas em tramitação no Congresso Nacional relacionadas à carreira, a presidente da Associação, Renata Gil, esteve com o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), para tratar da situação do funcionalismo público na reforma administrativa. A magistrada estava acompanhada do vice-presidente Institucional, Fernando Bartoletti, e do diretor de Assuntos Legislativos, Daniel Bomfim.



13/2/2020

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), recebeu, em Brasília (DF), o secretário de Políticas Remuneratórias da AMB e presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam), Tiago Abreu, para tratar de assuntos referentes à valorização da carreira. O magistrado também se reuniu com o general Luiz Eduardo Ramos, ministro-chefe da Secretaria de Governo do presidente Jair Bolsonaro.



REFORMA ADMINISTRATIVA

18/2/2020

A situação do funcionalismo público na reforma administrativa que tramita no Congresso foi debatida por integrantes da diretoria da AMB junto à senadora Zenaide Maia (Pros-RN), em Brasília (DF). Na ocasião, os magistrados mencionaram que a proposta trata somente dos servidores, mas não alcançará parlamentares, procuradores e juízes, pois a eles não se aplica a Lei 8.112/1990, que instituiu o regime jurídico do funcionalismo público da União.



19/2/2020

Em encontros com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN) e Jean Paul Prates (PT-RN), o vice-presidente de Integração da AMB, Herval Sampaio, salientou a situação peculiar da magistratura. Ele reforçou o fato de ser uma carreira típica de Estado e, também, do caráter de agente político que a Constituição Federal outorga aos seus membros, de forma que a reforma administrativa a ser enviada ao Congresso assegure tais pontos.



QUARENTENA

5/2/2020

O secretário-geral adjunto da AMB, Fernando Cury, reuniu-se com o deputado Beto Pereira (MS), líder do PSDB na Câmara e autor do PLP 94/2019. A proposição estabelece que os magistrados ou membros do Ministério Público só podem postular cargo eletivo cinco anos após a aposentadoria ou exoneração. Na ocasião, ele reforçou o posicionamento contrário da entidade à matéria, ao dizer que a quarentena representa mais uma limitação de atividade profissional ao juiz, mesmo após a sua aposentadoria.



CRIME NA FRONTEIRA



11/2/2020

A contribuição do Judiciário ao enfrentamento da situação de violência no Acre foi discutida pelo diretor de Assuntos Legislativos da AMB, Dannel Bonfim (dirigente da Asmac), junto à presidente Renata Gil e o vice-presidente Institucional, Fernando Bartoletti, com o senador Petecão (PSD-AC). Na reunião, foram abordadas estratégias contra o problema, que, à época, havia registrado 53 mortes desde janeiro. A principal motivação dos homicídios seria a guerra de facções por domínio de território.

ARMAS DE FOGO

30/1/2020

Em ofício enviado ao ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, a AMB pediu a alteração da Portaria Interministerial 412/2020, que estabeleceu a quantidade máxima de munição passível de aquisição por integrantes dos órgãos previstos nos incisos I a VII e X do caput do art. 6º da Lei 10.826/2003, e por pessoas físicas autorizadas a adquirir ou portar arma de fogo. A entidade afirmou que a norma desconsiderou os casos previstos em legislação própria, como é o caso da magistratura, que tem o porte de armas disciplinado por lei complementar específica.

12/2/2020

Em reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a AMB pediu a inclusão da magistratura no PL 6.438/2019, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. A entidade foi representada pelo vice-presidente Institucional, Fernando Bartoletti, que defendeu a inclusão da carreira, também, em outras propostas afins em tramitação no Congresso, tendo em vista que os textos dificultam e burocratizam a aquisição de armamento e munição para a defesa pessoal dos magistrados.



ARMAS
DE FOGO

12/2/2020

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) e o deputado Sargento Fahur (PSD-PR) também receberam integrantes da diretoria da AMB para tratar de projetos que versam sobre o porte de armas para a defesa pessoal dos magistrados. Nos encontros, os representantes da entidade reforçaram que as propostas prejudicam a carreira ao impor restrições que não valem, por exemplo, para policiais, guardas municipais, defensores públicos e advogados públicos federais.



Divulgação



Ascom/AMB

10/3/2020

O coordenador da Justiça Estadual da AMB, Frederico Mendes Júnior, conversou com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, sobre a inclusão da magistratura nos PLs 6.438/2019 e 3.723/2019, que tratam do registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Ele reforçou, ainda, o pleito da AMB para alterar a Portaria Interministerial nº 412/2020 (ministérios da Justiça e da Defesa), que estabeleceu os quantitativos máximos de munições passíveis de aquisição pelos integrantes dos órgãos e pelas pessoas físicas autorizadas a adquirir ou portar arma de fogo.

11/3/2020

Tramitando em caráter de urgência na Câmara dos Deputados, o PL 6.438/2019 que trata de alterações das normas de registro, porte e comercialização de armas de fogo e munições, previstas no Estatuto do Desarmamento, foi tema de reunião entre o deputado Guilherme Derrite (PP-SP) e os magistrados das diretorias Legislativa e Institucional da AMB e da Apamagis. Eles defenderam que a carreira seja incluída no projeto com as mesmas condições de outras categorias do sistema de Justiça já contempladas. O deputado se mostrou aberto à reivindicação e reforçou seu apreço pelas pautas da magistratura.



Ascom/AMB

GESTÃO ITINERANTE



13/1/2020

Com o objetivo de promover o diálogo entre magistrados de diferentes localidades e a integração do Poder Judiciário, a gestão itinerante da AMB realizou mais uma ação. Em Aracaju (SE), a presidente Renata Gil acompanhou a comitiva liderada pelo presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli. A agenda incluiu conversas com lideranças do TJSE, TRE-SE, do TRT da 20ª Região e da Amase. Entre os temas abordados nos encontros estavam pautas de interesse do Judiciário nacional.



16/1/2020

Em conversa com filiados da Amatra 15, em Campinas (SP), a presidente da AMB, Renata Gil, destacou a importância dos magistrados trabalhistas para o fortalecimento das prerrogativas da carreira. À época, a Amatra 15 não estava filiada à AMB, então a dirigente explicou o funcionamento da entidade, sua estrutura organizacional e os planos de gestão para os próximos anos. A reunião incluiu pautas remuneratórias da magistratura.

GESTÃO
ITINERANTE



17/1/2020

Renata Gil palestrou no workshop sobre a Lei 13.869/2019 (Abuso de Autoridade) promovido pela Amages e a Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (Esmages), em Vitória (ES). A presidente defendeu que a norma é uma afronta à independência do Poder Judiciário e constrange a atuação dos magistrados no combate à criminalidade. Classificou-a, ainda, de “Lei da impunidade” e afirmou que a AMB continuará sensibilizando o STF para que o órgão acolha os pedidos da entidade na ADI 6.236.



14/2/2020

Ao integrar, novamente, a comitiva do presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, Renata Gil esteve em Campo Grande (MS) para visitas institucionais ao TJMS e ao TRE-MS. A magistrada participou, também, da reinauguração da Escola Estadual Lino Villachá, iniciativa que faz parte do projeto “Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade”. A ação foi idealizada pelo associado Albino Coimbra Neto, da 2ª Vara de Execução Penal (VEP). As obras são executadas por presos da capital do estado.

AMB LAB



Divulgação

15/1/2020

Com objetivo de formar uma parceria para a atuação em rede e a capacitação de magistrados, o diretor do Laboratório de Inovação e Inteligência da AMB (AMB LAB), Ângelo Vettorazzi, esteve na sede do laboratório de inovação do governo federal, conhecido como GNova, em Brasília (DF). A iniciativa, que tem sido primordial para o fomento de uma cultura de inovação e eficiência no setor público, é fruto de uma aliança entre a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e o governo da Dinamarca.

24/1/2020

Na primeira reunião entre integrantes do AMB LAB, os magistrados decidiram pela organização de um fórum nacional de discussões sobre inovação e a criação de uma revista digital para divulgar experiências de magistrados e boas práticas sobre o tema. No campo das parcerias, de acordo com o diretor do Laboratório, Ângelo Vettorazzi, a AMB busca adesão à Rede de Inovação no Setor Público (InovaGov). A reunião foi realizada por videoconferência, atendendo a uma diretriz da gestão de redução de gastos.



Ascom/AMB

18/2/2020

Com o objetivo de tratar sobre um possível intercâmbio sobre tecnologia entre o Judiciário brasileiro e o chinês, a presidente da AMB, Renata Gil, e o assessor especial de Assuntos de Gestão (e ex-presidente da entidade), Jayme de Oliveira, reuniram-se com integrantes da Embaixada da República Popular da China no Brasil. Ao visitar a sede da AMB, em Brasília (DF), o ministro conselheiro Qu YuHui reforçou seu desejo em dar continuidade ao diálogo entre o sistema Judiciário do Brasil e o da China.

AMB
LAB



19/2/2020

O mês de junho foi escolhido pelos integrantes do AMB LAB para a realização do Fórum Nacional de Inovação. A novidade foi proposta durante a segunda reunião do grupo. O evento, que ocorrerá em Brasília (DF), terá como objetivo reunir magistrados e especialistas para debater estratégias de aperfeiçoamento dos serviços do Poder Judiciário. Também foram discutidos aspectos essenciais à promoção da cultura de inovação nos tribunais e outros órgãos de Justiça.

CENTRO DE **PESQUISAS JUDICIAIS**



5/2/2020

A presidente da AMB, Renata Gil, revelou que o Centro de Pesquisas Judiciais da entidade, aliado ao AMB LAB, serão o grande diferencial da sua gestão. Na ocasião, reuniam-se, pela primeira vez, os integrantes do Centro. O encontro, que abordou parcerias e convênios com instituições de ensino, projetos de novas pesquisas e investigações, entre outras iniciativas acadêmicas, contou com a presença do ministro Luis Felipe Salomão, do STJ, diretor da iniciativa.

ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA



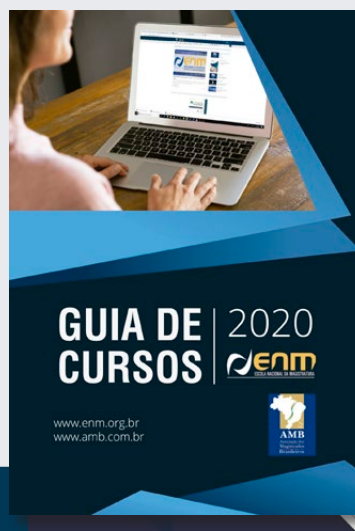
Ascom/AMB

8/1/2020

A presidente da AMB, Renata Gil, conduziu a primeira reunião da nova diretoria da Escola Nacional da Magistratura (ENM/AMB), em Brasília (DF). Ela enfatizou que a sua gestão seguirá em constante parceria e unidade com a Escola conduzida pelo diretor-presidente, Caetano Levi Lopes. Na ocasião, os magistrados reforçaram as áreas que serão importantes neste primeiro ano. Entre elas, estão o planejamento de divulgação de cursos e o alinhamento das atividades.

26/2/2020

O Guia de Cursos 2020, com as capacitações voltadas às áreas que constituem permanente desafio na atuação profissional dos magistrados, foi disponibilizado on-line no site www.enm.org.br. Até o momento, estão previstos 12 cursos nacionais e três internacionais. Entre os principais temas estão: Lei anticrime e Lei de Abuso de Autoridade; Direito e Internet; Cultura de Inovação; Violência doméstica e familiar contra a mulher; Ética; Direito Eleitoral; Gestão de unidades judiciais; Depoimento especial e Media Training.



Divulgação

[Clique aqui e confira o Guia de Cursos](#)

ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA

4/3/2020

O Workshop sobre Processo Legislativo realizado pela ENM, em Brasília (DF), teve como objetivo aperfeiçoar a atuação da entidade junto ao Congresso. 41 magistrados participaram da capacitação ministrada por Carlos Müller, da Malta Advogados, que presta assessoria à AMB. O curso abordou os meandros dos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal de forma prática, esclarecendo conceitos importantes desses regulamentos, por meio de estudos de casos de proposições sob monitoramento da Associação.



NOVAS FILIAÇÕES

17/1/2020

A maioria dos filiados à Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra 15), com sede em Campinas (SP), aprovou o reingresso da entidade como membro institucional da AMB. Ao todo, foram 179 votos (54,5%) a favor da iniciativa. Em nota divulgada pela Amatra 15, o número de participantes no pleito representou 71,3% dos associados aptos a votar e configurou a maior adesão, em termos numéricos, da história da entidade, em assembleias gerais extraordinárias.



NOVAS
FILIAÇÕES



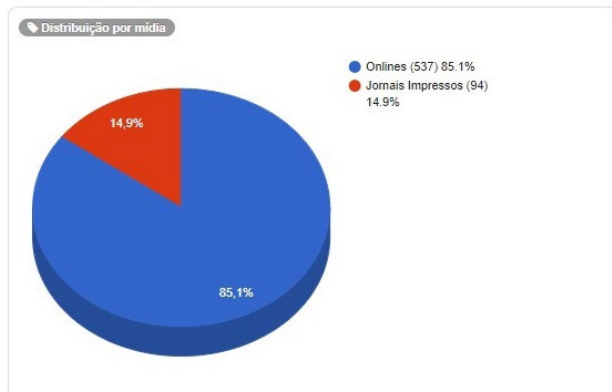
3/3/2020

A Amatra 22 formalizou pedido de refiliação à AMB durante a 1ª reunião da Coordenadoria da Justiça do Trabalho da entidade, realizada em Brasília (DF). O anúncio foi feito pelo dirigente da associação trabalhista piauiense, Francisco Lima, na presença da presidente Renata Gil. Ela afirmou que esse retorno reforça o trabalho de união que a AMB defende e demonstra a confiança na entidade nacional.

Ascom/AMB

IMPRENSA

Os primeiros 100 dias da gestão de Renata Gil à frente da AMB foram marcados pelo posicionamento firme da entidade sobre os principais assuntos relacionados à carreira, como o juiz das garantias e a autonomia nos tribunais. Nesse período, foram publicadas 631 reportagens citando a Associação, atingindo **194 milhões de leitores** em veículos impressos e on-lines.



Análise estatística

Resumo

Análise da seleção : 631

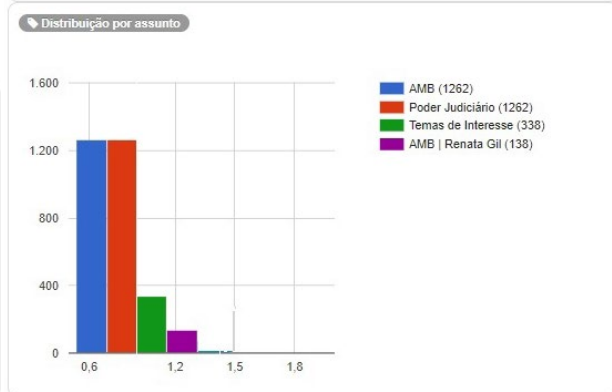
Alcance/Valoração

Área: 10566 cm de coluna
Impactos: 193.704.992

Veículos com mais notícias

- Consultor Jurídico (35)
- UOL Notícias (27)
- Estadão.com.br - Últimas notícias (25)
- G1 - Globo (23)
- Blog Fausto Macedo - Estadão.com (22)
- BOL - Notícias (21)
- O Globo Online (16)
- A Crítica Online (14)
- Jornal de Brasília Online (13)
- O Globo (13)

Total de veículos: 140

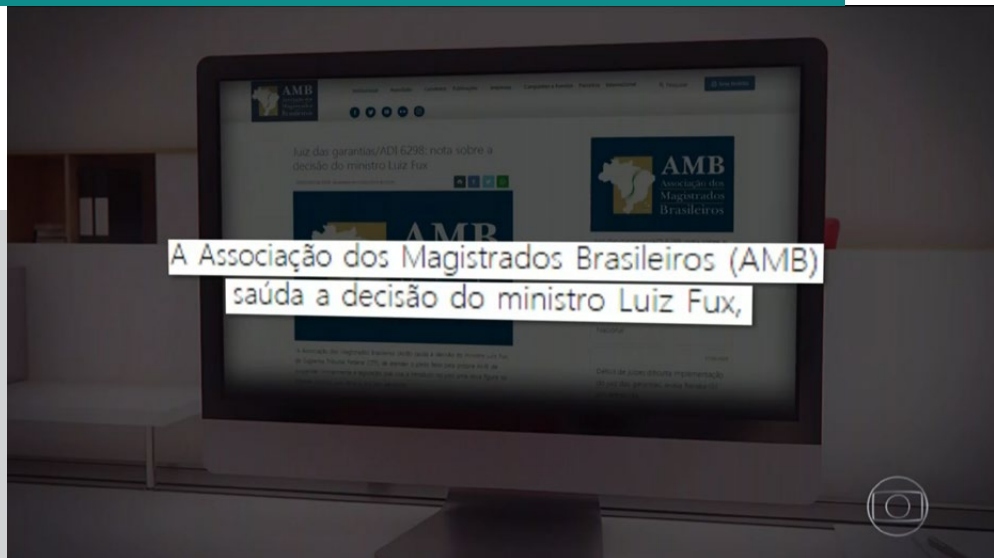


Dados da empresa de clipping Fábrica de Ideias

IMPRENSA

A internet liderou a audiência das matérias sobre a magistratura. Foram 85,1% publicadas em veículos on-lines, como Estadão, Globo, UOL, G1, Conjur, A Crítica e 14,9% em jornais impressos. A opinião da AMB referente à criação do juiz das garantias foi o tema de maior destaque.

O elogio da AMB à decisão do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, de suspender, por tempo indeterminado, a implementação do instituto do juiz das garantias ganhou destaque também no **Jornal Nacional** e no **SBT Brasil**. A presidente da AMB, Renata Gil, participou do programa **Entre Aspas da Globo News**, apresentado pela jornalista Mônica Waldvogel, além de conceder entrevistas às rádios Jovem Pan, Radioagência Nacional e Sputnik Brasil.



IMPRENSA

FOLHA DE S.PAULO

tendências/debates o que a folha pensa opiniões da folha ombudsmán charges

OPINIÃO • RENATA GIL

Mulheres e democracia

Pela igualdade de gênero nas esferas pública e privada

Renata Gil

Um dos critérios primordiais para se aferir o desenvolvimento social de um país é a abertura de seus espaços de poder à ocupação feminina. Quanto menor a aceitação das mulheres, mais desigual é a sociedade e, conseqüentemente, menor é a efetividade da democracia.

Neste domingo (8), Dia Internacional da Mulher, a reflexão que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) propõe é sobre os obstáculos que o Brasil ainda precisa superar na questão de gênero. São inegáveis os muitos avanços consolidados nos últimos anos. Também é incontestável, no entanto, que as brasileiras ainda enfrentam obstáculos impensáveis para o sexo oposto.



A juíza Renata Gil, primeira mulher a presidir a AMB (Associação dos Magistrados do Brasil). Riquel Cunha - 14.nov.19 | FolhaPress

ESTADÃO Política

'Efeitos desastrosos'

AMB, maior e mais influente entidade dos magistrados, requereu ao Supremo ingresso como amicus curiae na ADC 69, por meio da qual Novo pede que despesas com inativos sejam incluídas no limite de gastos dos Estados com pessoal

Peppita Ortega e Flávio Macedo
03 de março de 2020 | 13h09



Renata Gil. FOTOS: AMB

CORREIO BRAZILIENSE

A estrutura do Estado e o serviço para o cidadão

1702

Chico Lima Filho | Brasília

3) Há quem que não foi promovido

3) Há quem que não foi promovido

3) Há quem que não foi promovido

o antagonista

Em consulta da AMB, maioria dos magistrados é contra juiz de garantias

Brasil 10.01.2020 18:39

Consulta realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) apontou que a maioria dos juizes associados é contra a figura do juiz de garantias. O levantamento teve a participação de 355 magistrandos, sendo que 79,1% se manifestou contra o instituto.

Além disso, quase 80% defendeu mais tempo para implementação, prazo de no mínimo um ano.

Entre os artigos de autoria de Renata Gil, foram publicados dois na **Folha de S. Paulo**: "A estrutura do Judiciário" e "Mulheres e Democracia". No **Correio Braziliense**, Renata Gil refletiu sobre a importância da estabilidade dos servidores públicos em "A estrutura do Estado e o serviço para o cidadão".

Imagens: Divulgação

RELATÓRIO 100 DIAS



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

+ 55 (61) 2103-9000

www.amb.com.br

www.flickr.com/magistradosbrasileiros

twitter.com/magistradosbr

www.youtube.com/AMBMagistrados

[@magistradosbr](https://www.instagram.com/magistradosbr)

www.facebook.com/magistradosbr

SCN Quadra 2, bloco D - Centro Empresarial Liberty Mall, torre B,
sala 1302 - Brasília - DF - CEP 70712-903

